

# Milliet descarta retorno ao FMI

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, garantiu ontem aos senadores que compõem a Comissão da Dívida Externa do Senado que o acordo preliminar a ser assinado nas próximas horas com os bancos credores «não implica» a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional — FMI. Nem o depósito de 500 milhões de dólares a ser feito no Banco de Compensações Internacionais (BIS) ainda este mês caracteriza o término da moratória brasileira.

Embora sem determinar o índice, o presidente do Banco Central afirmou também estar otimista quanto à disposição dos credores em aceitarem «expressiva redução» do **spread** (taxa de risco) pago pelo Brasil. No entanto, ao sair da reunião que demorou quase quatro horas, o senador Virgílio Távora (PDS-CE) deixou no ar a perspectiva de que já existia alguma definição sobre o **spread**. Dizendo não ser porta-voz das negociações, o senador cearense afirmou apenas que «o governo deve dar uma boa surpresa ao País quanto à redução dos **spreads**».

Mas Fernando Milliet não quis descer a detalhes sobre o andamento atual das negociações. Disse que como um todo o acordo preliminar deve ser fechado a qualquer momento, e que o acordo definitivo deve chegar a bom termo até o final deste ano. E, segundo ele, há «indicativos do gesto de boa vontade dos credores para que cheguemos a um acordo que permita a viabilização da retomada do crescimento de nossa economia». Fora desse contexto — acrescentou — «não pretendemos concluir nenhum acordo».

Quanto a possibilidade de o governo norte-americano reclassificar as contas brasileiras, caracterizando o Brasil como mau pagador, Milliet afirmou que «não há perigo», porque os Estados Unidos usam a reclassificação apenas como uma «decisão de mérito».

Também o senador Fernando Henrique Cardoso não acredita na reclassificação, porque entende que o momento não é adequado, pelo fato de estarmos a caminho de um

acordo. O senador do PMDB paulista considera que há um clima de negociação e que «essa reclassificação será seguramente sustada pelo governo norte-americano».

O presidente do Banco Central reiterou que a taxa de risco «terá que ser menor do que a que é paga atualmente pelo Brasil, porque isso é um pressuposto da negociação brasileira», e adiantou que já está suficientemente claro dentro dos entendimentos preliminares que esta renegociação não será nos moldes tradicionais, com a intervenção do FMI. Ele disse que em qualquer entendimento «que se possa vir a ter, esse é um ponto absolutamente tranqüilo».

Milliet explicou que a demora em se fechar o acordo preliminar se deve ao fato de que «este processo de negociação é sinalizador dos contornos que a renegociação terá que tomar no final». Daí a necessidade de um entendimento prolongado. Segundo ele, cada detalhamento exige muita discussão «e são tantos os fatores que realmente torna-se um processo demorado».